



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVII — Nº 52

QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 34, de 1972

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.219, de 1972.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.219, de 15 de maio de 1972, que dispõe sobre a concessão de estímulos à exportação de manufaturados, e dá outras providências.

Senado Federal, em 21 de junho de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 35, de 1972

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.221, de 1972.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.221, de 15 de maio de 1972, que altera a redação do art. 1.º, item II, do Decreto-lei n.º 343, de 28 de dezembro de 1967, e o art. 13, item II, alínea "i", da Lei n.º 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Senado Federal, em 21 de junho de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 36, de 1972

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.217, de 9 de maio de 1972, que dispõe sobre incentivos à pesca, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.217, de 9 de maio de 1972, que dispõe sobre incentivos à pesca, e dá outras providências.

Senado Federal, em 21 de junho de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 37, de 1972

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.218, de 15 de maio de 1972.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.218, de 15 de maio de 1972, que acrescenta parágrafo único ao artigo 1.º do Decreto-lei n.º 415, de 10 de janeiro de 1969.

Senado Federal, em 21 de junho de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

SUMÁRIO DA ATA DA 58.ª SESSÃO, EM 21 DE JUNHO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

— Agradecendo remessa de autógrafos de decretos legislativos:

N.º 110/72 (n.º 159/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 31, de 1972, que "aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.215, de 5 de maio de 1972".

N.º 111/72 (n.º 160/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 32, de 1972, que "apro-

va as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1968".

N.º 112/72 (n.º 161/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 30, de 1972, que "aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.214, de 26 de abril de 1972".

N.º 113/72 (n.º 162/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 33, de 1972, que "aprova o texto da Convenção para Repressão aos Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal, em 23 de setembro de 1971, com reserva ao § 1.º do art. 14".

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

— Agradecendo comunicação de arquivamento de Mensagem:

N.º 115/72 (n.º 164/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao arquivamento da Mensagem n.º 129, de 29 de maio último, relativa ao projeto de lei que “dispõe sobre a extinção da Garantia de Instância no processo fiscal administrativo do Distrito Federal”.

— De agradecimento de comunicação referente a escolha de nome para cargo, cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado Federal:

N.º 114/72 (n.º 163/72, na origem), de 19 do corrente, referente à aprovação da escolha do Sr. Roberto Luiz Assumpção de Araujo, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da Índia.

2.2 — Ofício

N.º 648/SAP/72 — Do Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, encaminhando cópia do parecer da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Indústria e do Comércio sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 1/68, que visa a alterar o Decreto-lei n.º 73/66, excluindo a obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.

2.3 — Comunicações da Liderança da ARENA

Substituição de membros na Comissão Mista que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 4/72-CN, que prorroga o prazo das concessões e permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora que especifica e dá outras providências.

2.4 — Discursos do expediente

SENADOR FRANCO MONTORO — Resposta do DIESE a críticas formuladas pelo Senador Benedito Ferreira, referente ao estudo executado por esse Departamento sobre salário-mínimo.

SENADOR DINARTE MARIZ — 50.º aniversário da “Primeira Atravessia do Atlântico Sul” realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS — Obras efetuadas pelos Governos revolucionários de melhoria das condições do Porto de Itajaí. Supressão de sobretaxas que oneram o

frete das cargas embarcadas e desembarcadas naquele porto e seu enquadramento como porto exportador de carnes. Elevação de sua capacidade estática de armazenamento de mercadoria.

2.5 — Comunicações

Do Sr. Senador Wilson Gonçalves, comunicando a designação da Delegação Brasileira que comparecerá à I Conferência Continental de Reforma Agrária e Colonização da América Latina.

Do Sr. Senador João Calmon, comunicando que se ausentará dos trabalhos da Casa, a fim de proferir conferência na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1972 (n.º 646-B/72, na Câmara), que dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969, que estabelece normas complementares à Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1969, e dá outras providências. **Aprovado**, à sanção.

Projeto de Lei do Senado n.º 81, de 1971, de autoria do Senador Accioly Filho, que revoga o art. 177, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de outubro de 1940. **Aprovado**, o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, ficando prejudicado o projeto. (1.º turno).

4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MILTON CABRAL — Criação de um departamento governamental que vise desenvolver uma política de defesa sobre a poluição do meio ambiente.

5 — Comunicação da Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução n.º 21, de 1972, de autoria do Senador Franco Montoro, que assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.

6 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

7 — Atas das Comissões.

8 — Composição das Comissões Permanentes.

ATA DA 58.ª SESSÃO EM 21 DE JUNHO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Petrólio Portella — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Paulo Tôres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Ney Braga — Antônio Carlos — Daniel Krieger — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecendo remessa de autógrafos

- N.º 110/72 (n.º 159/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 31, de 1972, que "aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.215, de 4 de maio de 1972".
- N.º 111/72 (n.º 160/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 32, de 1972, que "aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1968".
- N.º 112/72 (n.º 161/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 30, de 1972, que "aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.214, de 26 de abril de 1972".
- N.º 113/72 (n.º 162/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 33,

de 1972, que "aprova o texto da Convenção para Repressão aos Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal, em 23 de setembro de 1971, com reserva ao § 1.º do artigo 14".

Agradece comunicação de arquivamento

- N.º 115/72 (n.º 164/72, na origem), de 19 do corrente, referente ao arquivamento da Mensagem número 129, de 29 de maio último, relativa ao Projeto de lei que "dispõe sobre a extinção da Garantia de Instância no processo fiscal administrativo do Distrito Federal".

De agradecimento de comunicação referente à escolha de nomes para cargo cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado Federal

- N.º 114/72 (n.º 163/72, na origem), de 19 do corrente, referente à aprovação da escolha do Sr. Roberto Luiz Assumpção de Araújo, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da Índia.

OFÍCIO

D. Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República

- N.º 648/SAP/72, de 19 do corrente, encaminhando cópia do Parecer da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Indústria e do Comércio sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, que visa a alterar o Decreto-lei n.º 73/66, excluindo a obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, em 21 de junho de 1972.
Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Wilson Gonçalves, pelo nobre Senador Lourival Batista, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 4, de 1972 (CN) que prorroga o prazo das concessões e permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora

que especifica e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.

Brasília, em 21 de junho de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Mattos Leão, pelo nobre Senhor Senador Antônio Carlos, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 4, de 1972, (CN) que "prorroga o prazo das concessões e permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora que especifica e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.

Brasília, em 21 de junho de 1972
Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador José Sarney, pelo Nobre Senhor Senador Saldanha Derzi, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre de Lei n.º 4/72 CN, que "prorroga o prazo das concessões e permissões para execução dos serviços de radiodifusão sonora que especifica e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Vice-Líder, Senador Antônio Carlos.

Brasília, 21 de junho de 1972

Ofício n.º 317/72

Gabinete do Líder da ARENA

Senhor Presidente:

Na forma regimental, tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Senhor Deputado João Linhares para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar o Projeto de Lei número 4/72-CN, em substituição ao Sr. Deputado Aalir Ferreira.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração. — Geraldo Freire, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O Sr. Danton Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM — Sr. Presidente, pela liderança eu pediria que o nosso nobre Colega Franco Montoro usasse, nesta hora, da palavra, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Para falar, em nome da Minoria, concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — (Em nome da Minoria, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, em 10 de maio último, ao fazer a defesa da política salarial do Governo, um dos Membros desta Casa, Senador por Goiás, negou idoneidade ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, abreviadamente DIEESE, e acusou de falsos os seus estudos sobre o salário-mínimo.

Prometemos, na ocasião, encaminhar essa crítica ao próprio DIEESE e trazer sua resposta ao conhecimento do Senado. Dando cumprimento a essa promessa, temos o prazer de oferecer hoje aos Srs. Senadores o estudo objetivo, sério e elevado dessa entidade sobre a matéria. Trata-se de uma peça que honra a cultura brasileira, por seu espírito científico e por sua elevação de linguagem.

Acusado de inautenticidade e desonestidade, designado como "o tal Departamento", autor de uma "canoa furada", que "não passa de um estudo entre aspas", o DIEESE, acusado dessa forma, encaminha a esta Casa, em termos elevados e com argumentação fundamentada e irresponsável, um documento que é exemplo de espírito científico e de educação política e que atesta o alto nível de cultura de que é capaz a família trabalhadora brasileira.

Começa o DIEESE, Sr. Presidente, por mostrar sua tradição de trabalho e de seriedade. Fundado em São Paulo em 1955, três anos depois, pelos serviços prestados à comunidade, foi reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual n.º 4.968, de 19 de novembro de 1958.

Seu prestígio, no plano nacional e internacional, pode ser atestado pelas visitas que recebeu de Ministros de Estado; de Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional; de pesquisadores dos principais institutos governamentais e universitários brasileiros; visitas de representantes de entidades internacionais, a começar pela ONU, UNESCO, Organização Internacional do Trabalho, FAO, etc; visitas de pesquisadores de institutos universitários estrangeiros,

do Japão, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e outros; pedidos de suas publicações por parte dos mais variados órgãos, entre os quais citam: Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda; Centro Nacional de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento; Subsecretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda; Assessoria Especial para Assuntos do Conselho Monetário Nacional e Financiamento da Agricultura do Ministério da Agricultura; Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura; Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado dos Negócios da Secretaria Pública, do Estado de São Paulo; Secretaria do Bem-estar Social, do Município de São Paulo; Secretaria da Educação, Coordenadoria da Unidade de Planejamento, do Rio Grande do Sul; Poder Judiciário, Justiça do Trabalho; Câmara Municipal de São Paulo; Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade Federal de Minas Gerais; Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo; Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia; Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia; Prefeitura da Cidade Universitária — Universidade de São Paulo; SERPRO — Serviço Federal de Processamento de Dados; Instituto Brasileiro de Economia; Fundação Getúlio Vargas; The Institute of Development Studies, da Universidade de Sussex, Inglaterra; Bolsa de Valores de São Paulo; Confederação Nacional da Indústria, etc.

Seus estudos e dados são publicados, regularmente, por:

— Assessoria Técnica Conjunta, do Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil e CIBPU.

— Economia Paulista: Acompanhamento Conjuntural, da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo.

Além disso, grande número de estudos, de autores brasileiros e estrangeiros, que analisam a evolução brasileira, depois de 1955, referem-se ao DIEESE e fazem citações de seus trabalhos.

O estudo sobre salário-mínimo.

Como todos os anos, o DIEESE apresentou ao movimento sindical algumas considerações sobre o salário-mínimo. O estudo realizado, neste ano, foi encaminhado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho.

Esse estudo tem a seguinte estrutura:

1. dá uma rápida notícia das leis que regem a matéria.

2. com base no Decreto-lei número 399, de 30 de abril de 1938 e no preço médio dos alimentos no município de São Paulo, segundo nossos próprios levantamentos, demonstra o custo da ração essencial mínima, em Dezembro de 1971.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Com prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Franco Montoro, estou preparando uma resposta ao DIEESE. Preliminarmente, porém, gostaria de debater com V. Ex.^a alguns aspectos da questão. No período que V. Ex.^a acaba de ler, com base no índice do custo de vida do DIEESE, não se leva em consideração os estudos elaborados pelo IBGE e pela Fundação Getúlio Vargas. Mas, logo em seguida, já se tomam os dados do IBGE. Veja V. Ex.^a que não agiram como técnicos os que elaboraram esses estudos, e isto me causa estranheza, como deveria, também, causar a V. Ex.^a Para apropriar aquele salário, estimativa de salário, ou projeção de salário-mínimo que se deveria pagar ao trabalhador — e isto considero da maior gravidade — os técnicos do DIEESE não se comportaram como técnicos que estivessem lidando com números; mas, simplesmente, usaram de uma chicana — chamo a atenção de V. Ex.^a para esse aspecto — basearam-se nas necessidades do trabalhador. E por estimativa, de quantos dependentes tivesse esse trabalhador, eles simplesmente multiplicaram o *quantum* necessário para o trabalhador pelo número de dependentes, para fixar o salário-mínimo que era desejado pelos técnicos do DIEESE, para provar que se deveria fixar. Eles não trouxeram, portanto, à colação, não trouxeram no bojo daquele estudo sequer o salário-família que é pago ao trabalhador. Nada disso foi levado em conta. Agiram como chicaneiros e não como técnicos, economistas, na apreciação de um fato completo, objetivo. Para estabelecer-se um salário-mínimo familiar ter-se-ia que observar o *quantum* consumido pela esposa e pelos filhos. E, sabe V. Ex.^a, que não seria nunca o que é consumido pelo trabalhador. Daí a minha divergência. Mas, esteja V. Ex.^a tranqüilo: estou elaborando estudo onde refutarei, mais uma vez, as tímidas contestações feitas pelo DIEESE. Tímidas porque eles não têm como provar os fatos. Eu os irei provar; eu as demonstrarei a V. Ex.^a, sobejamente, através de documentação farta que trarei a este plenário, em oportunidade.

de que não será remota. Muito obrigada a V. Ex.^a

O SR. FRANCO MONTORO — Diria que a resposta do DIEESE não é tímida; é educada, está em termos elevados. Nesse sentido pediria ao nobre Senador Benedito Ferreira que retirasse do seu discurso duas ou três expressões dirigidas a uma entidade cuja idoneidade está provada. Chama-la de chicaneria, ou chicanista não condiz com a elevação de linguagem que deveria caracterizar nossos debates.

O Sr. Benedito Ferreira — Os técnicos, permita-me V. Ex.^a, que elaboraram esse estudo, é que induziram essa entidade que tem, realmente, como V. Ex.^a disse, um passado respeitável. O que se depreende do trabalho enviado a V. Ex.^a é que esses técnicos, realmente, não se comportaram como tais, mas sim como pessoas interessadas em provocar tumulto, em distorcer a verdade. A adjetivação pode parecer, à primeira vista, um tanto quanto pesada, mas esteja certo V. Ex.^a de que a faço convicto, porque não consigo encontrar no meu vocabulário expressão mais adequada àqueles que distorcem a verdade.

O SR. FRANCO MONTORO — A culpa não é, portanto, do DIEESE.

Afirma-se que falta idoneidade científica ao estudo porque em parte ele se fundamentou em pesquisas próprias e, em parte, se utilizou de dados do IBGE ou da Fundação Getúlio Vargas.

Esta crítica é inteiramente insubsistente. Então, porque faço uma pesquisa sobre custo de vida numa cidade, estou impedido de utilizar dados de fontes idôneas como são a Fundação Getúlio Vargas e o IBGE?

Onde a quebra do espírito científico, quando se adota não uma, mas duas, três, quatro, cem, fontes diferentes?

A posição do DIEESE pode e deve ser discutida. Mas com dados objetivos.

E, espera-se, com a mesma elevação de linguagem com que seus dirigentes se dirigem ao Senado.

Continuando, declaram os representantes do DIEESE, seu estudo sobre salário-mínimo:

3. verifica o volume de horas necessárias para um trabalhador de salário-mínimo adquirir a ração essencial, nos meses de dezembro de 1965 e 1971;

4. com base no índice de custo de vida do DIEESE, demonstra o valor real do salário-mínimo, tomando-se dezembro de 1958, como índice 100.

5. a partir dos dados do IBGE, constrói a ração tipo essencial mínima para as várias regiões do Brasil;

6. formula várias hipóteses para o estabelecimento de um salário-mínimo nacional.

O trabalho fica unicamente no terreno técnico e, em nenhuma parte se refere à política salarial deste ou de governos anteriores.

Não chega à conclusão, única, incisiva e obrigatória, mas levanta várias hipóteses mais para uma reflexão sobre o assunto do que para execução imediata. O movimento sindical, que solicitou o estudo, assim o entendeu, como o comprova a CNTI, ao encaminhá-lo ao Ministério do Trabalho.

"Com o marcante propósito de colaborar com V. Ex.^a, no estudo e posterior fixação de novos mínimos salariais, permitimo-nos... oferecer estudos promovidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — DIEESE..."

Portanto, o trabalho em si, por não ser polêmico, não ofereceria motivos para disputas. Por isso, o próprio ilustre Senador Benedito Ferreira não invalida o trabalho (seu discurso afirma, entre outras coisas, a melhoria das condições de vida da população brasileira, a melhoria dos salários médios, a necessidade de qualificação da mão-de-obra, a necessidade de não se pagar salários além dos níveis competitivos, para conseguirmos exportar nossos produtos), somente pretende encontrar erros no levantamento do custo da ração-tipo essencial mínima.

Estranha os dados referentes a carne, arroz, banana e manteiga. Todos esses artigos constam do Decreto-lei n.º 399. No caso da farinha de trigo, escolhemos esse artigo por julgá-lo mais adequado, já que o regulamento fala em farinhas ou massas.

Concordamos com a possibilidade de substituição dos produtos. O próprio Decreto-lei diz no parágrafo 2.º do artigo 6.º:

"Poderão ser substituídos pelos equivalentes de cada grupo, também mencionados nos quadros a que alude o parágrafo anterior, os alimentos, quando as condições da região, zona ou subzona o aconselharem, respeitados os valores nutritivos determinados nos mesmos quadros".

Mas não cabe, infelizmente, a nós esse trabalho. Segundo o Decreto-Lei, no parágrafo 3.º do mesmo artigo:

"O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fará, periodicamente, a revisão dos quadros a que se refere o § 1.º deste artigo".

O DIEESE, ao se valer do Decreto-lei n.º 399, não está aceitando esse Decreto como regra suprema. O movimento sindical, mais de uma vez, lamentou a extinção das comissões de salário mínimo, onde os representantes sindicais, com a assessoria de seu órgão técnico, poderiam fazer prova das "diferenças de padrão de vida causadas por circunstâncias econômicas de caráter urbano, suburbano, rural ou marítimo" (art. 7.º, § 2.º, da Lei n.º 185, de 14-1-1936). Utilizamos-nos do texto legal, unicamente, para demonstrar que há uma diferença muito grande entre as leis e a prática, no que se refere a salário mínimo.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Pois não. Eu pediria apenas que fosse breve, porque V. Ex.^a fez, da última vez, um discurso paralelo, o que tomaria o tempo destinado ao orador.

O Sr. Benedito Ferreira — Eu só queria lembrar a V. Ex.^a outro aspecto do comportamento do DIEESE. Não tiveram eles — já que se tratava de cotejar o custo de vida, o custo da ração com o salário-mínimo fixado, — a preocupação técnica de verificar o custo dessa ração no correr de todo o ano, isto é, no período da vigência do salário. Elegeram o mês que é o período da chamada entressafra, o mês de dezembro. Sabe V. Ex.^a que é o período em que mais se encarecem os gêneros alimentícios. V. Ex.^a já foi Ministro. V. Ex.^a é homem público com muita vivência e sabe disso tanto quanto eu. No entanto, vê V. Ex.^a: se houvesse realmente esse espírito científico a que V. Ex.^a alude, eles teriam buscado o custo anual dos gêneros alimentícios correspondente ao período em que é fixado o salário-mínimo. Mas não. Elegeram exatamente aquele mês do ano quando os gêneros alimentícios se fazem mais caros, para então obter essa apropriação que não corresponde à realidade, porque o salário-mínimo não é fixado para o mês de dezembro. Ele é fixado anualmente para vigir de maio a maio de cada ano.

O SR. FRANCO MONTORO — A fixação de um mês, como o de dezembro, é claramente explicada pelo documento.

Ao examinar, em seguida, o discurso do nobre Senador Benedito Ferreira, o DIEESE faz algumas ponderações:

Em relação ao trabalho apresentado no decurso de expediente da sessão de 10-5-1972, pelo Exmo. Sr. Senador Benedito Ferreira, e publicado no Diário do Congresso Nacional de

12-5-1972, ano XXVII — n.º 24, consideramos:

1 — É profundamente lamentável a não citação das fontes utilizadas para a maioria dos dados apresentados, uma vez que tal limitação nos impede de fazer uma análise qualitativa dos mesmos. Apesar disto, partimos do pressuposto que são consistentes, por terem sido expressos pelo Exmo. Sr. Benedito Ferreira, Senador da República Federativa do Brasil.

2 — Surpreenderam-nos os dados expressos nos dois quadros elaborados pelo ilustre Senador, situados na página 0694 do **Diário do Congresso Nacional** de 12-5-72. Por serem fundamentais na crítica do Sr. Senador aos dados do DIEESE, pedimos licença para uma análise mais detalhada desta parte.

a) Chamamos atenção de S. Ex.^a para o fato de termos trabalhado com dados disponíveis em dezembro de 1971, por serem os mais próximos da época do reajustamento do salário-mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — (Fazendo soar as campainhas.) A Presidência lembra a V. Ex.^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. FRANCO MONTORO — Concluirei, Sr. Presidente. Acrescenta o documento:

O Sr. Senador utilizou preço médio anual, que inevitavelmente levou a uma queda dos preços e portanto dos resultados apurados.

O Exmo. Senador Benedito Ferreira interpretou erroneamente o Decreto-Lei n.º 399, de 30-4-1938, como evidenciamos pelos quadros I e II:

Realmente, verifica-se que, talvez por erro de tipografia ou de dactilografia, houve inexatidão no quadro apresentado.

Como o documento vai ser transcrito, eu me dispense de uma leitura mais ampla.

Confrontando o quadro I (produtos e quantidades expressos no Decreto Lei n.º 399) e o quadro II (produtos e quantidades expressos pelo Senador Benedito Ferreira), constatamos que S. Ex.^a utilizou para São Paulo dados que na realidade se referem ao território nacional. S. Ex.^a alterou com este procedimento a quantidade do leite (são 7,5 lt. e não 15,00 lt.); da banha (que S. Ex.^a substituiu pelo óleo) com 750 gr. e não 1,5 kg; e da manteiga com 750 gr. e não 900 gr.

c) O quadro I também permite verificar que a ração-tipo essencial mínima do Decreto-Lei 399 possui treze produtos. Verificamos perplexos, que apesar de mínima, o Exmo. Sr. Benedito Ferreira conseguiu reduzi-la ainda mais, ao considerar nos cálculos somente doze produtos. S. Ex.^a esqueceu-se de considerar um dos produtos mais importantes da ração-tipo: o pão, na quantidade de 6,00 kg. mensais.

d) Com igual surpresa verificamos que o Exmo. Sr. Senador substituiu alguns produtos do Decreto-Lei, por outros de preços inferiores. O Decreto-Lei n.º 399, estabelece treze produtos com as suas respectivas quantidades, a partir do valor nutritivo de cada um dos alimentos. Não pode portanto ser alterado, a não ser através de um dispositivo legal ou então por produtos que possuam o mesmo valor nutritivo e que estejam dentro dos hábitos culturais da população brasileira. Quando o Exmo. Sr. Senador, entre outras mudanças, substituiu a manteiga pela margarina, não só está alterando as determinações de um Decreto-Lei, como também a utilização da ração-tipo perde seu sentido pelo simples fato dos produtos não possuírem o mesmo valor nutritivo. (2)

e) Não encontramos rigor técnico no tratamento dos dados do Exmo. Senador Benedito Ferreira. Em 1962 e 1963, trabalhou com o preço do tomate. Inexplicavelmente, em 1965 e 1971, passou a utilizar a abóbora.

f) S. Ex.^a conseguiu demonstrar que em 1965, a aquisição de Cr\$ 1,20 de banana implica em trabalhar três horas e cinquenta e dois minutos; ao mesmo tempo, a aquisição de Cr\$1,08 de feijão exige quatro horas e cinco minutos de trabalho. Mudou a lógica do bom-senso ou mudamos nós?

Seguem dados técnico-científicos sobre a substituição de produtos, mostrando que eles não têm as mesmas propriedades nutritivas.

QUADRO I

Decreto Lei n.º 399

Produtos	Quantidade Mensal para São Paulo	Quantidade Mensal para todo o território nacional
Carne	6,00 kg.	6,00 kg.
Leite	7,5 L.	15,00 L.
Feijão	4,50 kg.	4,50 kg.
Arroz	3,00 kg.	3,00 kg.
Farinha ou Massa	1,50 kg.	1,50 kg.
Batata	6,00 kg.	6,00 kg.
Legumes	9,00 kg.	9,00 kg.
Pão de Milho ou mixto	6,00 kg.	6,00 kg.
Café (pó)	600 grs.	600 grs.
Frutas	7,5 dz. (*)	7,5 dz.
Açúcar	3,00 kg.	3,00 kg.
Banha	750 grs.	1,50 kg.
Manteiga	750 grs.	900 grs.

(*) — no caso de considerar a banana

Fonte dos Dados: Decreto-lei n.º 399 de 30-4-39.

QUADRO II

Dados utilizados pelo Senador Benedito Ferreira

Produtos	Quantidade Mensal para São Paulo
Carne	6,00 kg.
Leite	15,00 Lt.
Feijão	4,50 kg.
Arroz	3,00 kg.
Farinha de Mandioca	1,50 kg.
Batata	6,00 kg.
Abóbora	9,00 kg.
?	?
Café	600 grs.
Banana	7,50 dz.
Açúcar	3,00 kg.
Óleo	1,50 kg.
Margarina	900 grs.

Fonte dos Dados: **Diário do Congresso Nacional**, 12-5-1972 — Ano XXVII — n.º 24, pg. 0694.

Para 100 gr. de margarina vegetal ou animal:

valor calórico: 720 cal; proteína = 0,8 gr; gordura = 81,0 gr; hidrato de carbono = 0,4 gr; Ca = 3 mg; P = 13 mg; Fe = 0,3 mg; Vit. A = 0,0 mcg; Tiamina = 0,0; riboflavina = 0,0 mg; niacina = 0,0 mg; ácido ascórbico = 0,0 mg.

Para 100 gr. de manteiga sem sal: valor calórico: 743 cal; proteína = 1,0 g; gordura = 84,0 gr; hidrato de carbono = 0,0 gr; Ca = 19 mg; P = 18 mg; Fe = 0,2 mg; Vit. A = 840 mcg; Tiamina = traços; riboflavina = 0,01 mg; niacina = 0,0 mg; ácido ascórbico = 0,0 mg.

Fonte: Tabla de composición de Alimentos para uso em América Latina — INCAP — ICNND — Editorial Interamericana S/A., 1966.

Dado o adiantamento da hora, e desde que V. Ex.^a informa que o meu tempo está esgotado, não posso falar sobre outros tópicos do trabalho que demonstram erros de divisão e de subtração na crítica feita pelo ilustre Senador. Concluo, Sr. Presidente, que este documento seja considerado parte integrante de meu discurso, para que os Srs. Senadores possam examiná-lo no seu conjunto.

Faço apenas questão de mencionar a parte final desta representação, que dirige um convite especial ao nobre Senador Benedito Ferreira para que visite as instalações do DIEESE e conheça diretamente a seriedade com que esses estudos são feitos, não de hoje, mas há muitos anos, como demonstra a existência desta instituição:

“Estamos nos dirigindo — dizem — ao Exmo. Sr. Benedito Ferreira, respeitando democraticamente as suas opiniões lembrando que no passado, S. Ex.^a recebeu elogios por suas posições a respeito de indústria farmacêutica, idênticas às do Movimento sindical.

Para impedir equívocos, como o atual estamos convidando o Exmo. Senador goiano a visitar o nosso Departamento onde terá acesso aos nossos arquivos e tomará conhecimento da metodologia utilizada no levantamento de dados.

Permitimo-nos também — concluem — dirigindo-se aos Srs. Senadores — estender o presente convite a todos os membros desta ilustre Casa cuja visita nos honrará sobremaneira.”

Esta a resposta elevada, objetiva, que o DIEESE oferece ao debate deste tema. Penso que está de parabéns

a família trabalhadora e toda a cultura brasileira, por esse atestado de elevação, espírito científico, e objetividade que nos é dado por uma organização, que se destina a lutar, para que o desenvolvimento brasileiro se faça em termos de Justiça social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, 17 de junho é uma data sumamente grata aos portugueses e aos brasileiros. Lembra um dos feitos mais significativos da história da aviação universal da época, pois, há 50 anos dirigida por dois heróis, se fez, pela primeira vez, a travessia do Atlântico.

Lembro-me daquela época, quando o Brasil inteiro, ou melhor, todo o mundo ficou em suspense com as notícias do destino dos dois heróis que, num acidente, ficaram alguns dias em águas brasileiras.

Eram os dois portugueses os Comandantes Gago Coutinho e Sacadura Cabral que, depois de vencerem o acidente que os ameaçou, chegavam ao Rio de Janeiro exatamente a 17 de junho de 1922, recebendo uma das maiores manifestações populares que se havia tributado a heróis de outros países.

Vou ler a notícia publicada por um jornal português:

A CHEGADA AO RIO VISTA POR SACADURA CABRAL

A chegada ao Rio de Janeiro dos dois aviadores, ao princípio da tarde de 17 de junho, marcava o fim de uma longa e extraordinária viagem e o princípio de uma nova era da navegação aérea. E a satisfação e a emoção de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral estão bem patentes na forma como o último descreve, aliás com termos que fogem à “sobriedade” de um relatório, aquele momento.

O aparelho largara de Vitória e, escreve Sacadura: “Passado algum tempo, às 14,24 horas, numa clareira de nevoeiro, diviso qualquer coisa que me parece ser uma fortaleza. Meto para lá e tenho o prazer de ver que era o Forte de Santa Cruz. Estávamos dentro da baía da Guanabara!

O céu está completamente forrado, mas há agora visibilidade bastante para rapidamente me orientar. Dou uma volta sobre a cidade do Rio de Janeiro, mas, como já fui avistado e numero-

sos aviões começam voando, resolvo pousar, o que faço às 14:32 horas, em frente à ilha das Enxadas, onde estão os hangares da Aviação Marítima Brasileira.”

E prossegue o relatório oficial da viagem:

“Saudamos à terra içando a bandeira brasileira e dando 21 tiros com a pistola de sinais! Estava completada a travessia aérea Lisboa—Rio de Janeiro!

As manifestações com que a cidade do Rio de Janeiro nos acolheu e, depois, aquelas de que fomos alvo nas várias cidades que tivemos de visitar, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Pará, Maranhão etc., são indescritíveis! Era preciso tê-las visto para se fazer idéia exata da sua importância e do carinho em que nos sentimos envolvidos! O Brasil compreendeu que eram irmãos de raça que tinham realizado a travessia e como irmãos e amigos nos tratou sempre! A nossa gratidão, a que deve juntar-se a de todo o povo português, é imensa e aqui testemunhamos, a todo o Brasil, o nosso profundo reconhecimento, endereçando-lhe conjuntamente os nossos maiores agradecimentos.”

Sr. Presidente, era o destino estreitando cada vez mais os laços entre Portugal e a grande Nação brasileira; era como se Portugal se antecipasse, naquela época, aos grandes caminhos que seriam conquistados no espaço, para aproximar os povos. E acredito que, então, o mundo todo se voltou para o feito dos dois heróis portugueses. Os brasileiros certamente sentiram a mesma emoção da época do nosso descobrimento, quando se armaram as caravelas para aportar nesta grande Pátria que tanto amamos.

Era Portugal que mais uma vez vinha ao nosso encontro, mostrando que só poderíamos sobreviver, dentro do contexto universal, se a aviação tivesse realmente o desenvolvimento que está tendo, pois não se admitiria hoje o Brasil, Nação com território imenso, quase um continente, sem o transporte aéreo, sem o desenvolvimento da aviação, que aproxima não só o nosso país dos outros países, mas também as nossas próprias fronteiras.

Sr. Presidente, aqui está a publicação de um jornal português, em que se podem ler as manifestações de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral sobre os acontecimentos:

Não basta saber voar: é preciso que o mundo conheça que os descendentes dos antigos pioneiros do Atlântico também sabem voar, como sabem navegar.

1933 — dezembro

A travessia aérea Lisboa—Rio, parecendo ter sido realizada só por dois portugueses, foi, na realidade, o resultado do concurso de muitos e a consequência natural do intenso desejo que todos manifestaram de que ela se confirmasse.

Era realmente o complemento de um laço fraterno que haveria de unir sempre, dentro da nossa História e da História da nossa Pátria-mãe, os dois povos — o português e o brasileiro.

Reportando-me, ainda, a essa data, quero dizer que o *Diário de Notícias*, de Lisboa, faz alusão ao que representou o grande feito dos portugueses:

UMA DATA INESQUECÍVEL

Há exatamente cinquenta anos, dois homens a bordo de um frágil avião de tela iniciavam uma viagem, única na sua época, que viria a pôr à prova toda a coragem que os Portugueses sempre assumiram, como se de qualidade inata se tratasse. E era-o, realmente, mas não uma coragem gratuita e aventureira: a apoiá-la havia todo o desejo coletivo de vencer, todo o engenho, toda a capacidade inventiva e científica de que um povo inteiro se rodeou desde a já longínqua época dos Descobrimentos.

Na época houve, na verdade, quem considerasse a ousada tentativa de estabelecer uma ligação aérea com o Brasil como mais uma "aventura". Para esses, a grande viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral resumia-se a um jogo de probabilidades, com diversas alternativas e variantes comandadas pelo incerto funcionamento de um motor de avião. Esqueciam-se, no entanto, que a "aventura" fora rigorosamente planejada, que os dois pilotos tinham perdido horas e horas a discutir os seus mais ínfimos pormenores, que Gago Coutinho inventara todo um novo sistema de aeronavegação, que fora antecédida, em 1921, de um voo à Madeira, para experimentar o rigor do método. Mas até esses se calaram, face ao extraordinário êxito da travessia.

E hoje, decorridos cinquenta anos sobre o grande dia em que, do mesmo rio que viu partir Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, dois homens corajosos, um deles piloto dos melhores, outro, cientista extraordinário, se lançaram à nova descoberta do país irmão, o *"Diário de Notícias"* não podia ficar indiferente ao signifi-

ficado da data — como não ficou indiferente à grande epopeia, na época, dedicando-lhe, freqüentemente, primeiras páginas inteiras.

"São duas pátrias que se abraçam" — escrevia, então, o nosso jornal. Era um abraço que vinha desde sempre e que não se quebrou até hoje. A travessia de Gago Coutinho e Sacadura Cabral contribuiu, afinal, para o reforçar. E todos o compreenderam, no Brasil como em Portugal. Poucas vezes dois países terão comungado, de forma tão elevada, num tal sucesso, poucas vezes uma obra terá sido considerada como pertencente a ambos e não ao que se lançou no empreendimento. E do entusiasmo que lavrou no Brasil foram prova insofismável as grandiosas manifestações que acolheram os dois heróis.

Hoje, como então, o *"Diário de Notícias"* associa-se à grande viagem, ao feito dos dois aviadores que, "por ares nunca dantes navegados", estabeleceram nova ligação entre as duas Pátrias irmãs. Hoje, como então, o *"Diário de Notícias"* rende homenagem aos dois pioneiros da aviação mundial, que abriram mais uma página gloriosa na já longa História da Humanidade — sem procurarem honrarias nem glórias vãs, antes trabalhando pelo Portugal que tanto amavam e pela Humanidade, que hoje reconhece o seu valioso contributo para a comunicação entre os povos.

Era, portanto, mais um irmanamento das duas Pátrias.

Sr. Presidente, aqui está, ainda, neste jornal, o depoimento de Gago Coutinho sobre a viagem, transcrevendo todos os acidentes tudo o que houve durante o percurso até o Rio de Janeiro, inclusive fotografias que demonstram a grande consagração que recebiam no Rio de Janeiro, a nossa então Capital da República.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pois não!

O Sr. Benjamin Farah — Era minha intenção, também, ocupar a tribuna para um pronunciamento sobre a travessia do Atlântico-Sul pelos dois bravos navegantes portugueses — Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Foi realmente uma façanha extraordinária, que repetiu a bravura dos primeiros navegadores da Lusitânia. Com a experiência de Sacadura e com o preparo científico de Gago Coutinho, marcou-se com estoicismo, com abnegação, com espírito de sacrifício, mais

uma vez, a presença de Portugal nas grandes conquistas em favor da Humanidade. Mas, a vinda deles ao Brasil é a repetição dessa amizade, dessa carinho, desse grande apreço que Portugal sempre devotou a este País — carinho, amizade, apreço e fraternidade reafirmados há pouco, no Tratado de Amizade entre Brasil e Portugal e pelo qual lutei durante longos anos neste Congresso. Quero me congratular com V. Ex.^a pelo seu pronunciamento. Esses dois grandes aviadores, esses dois grandes portugueses, esses dois grandes heróis não são apenas de Portugal, porque também do Brasil e por que não dizer da Humanidade. A lembrança deles, a evocação dos seus nomes, a consagração que V. Ex.^a está evidenciando nesta hora é também uma prova de respeito e de gratidão deste Senado, que interpreta o pensamento de toda a Nação brasileira.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Benjamin Farah.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na reportagem que a grande figura de herói de Gago Coutinho elaborou na imprensa de Lisboa, pode-se observar o seguinte:

Para as gerações actuais, habituada aos grandes feitos da era tecnológica, às viagens à Lua, aos lançamentos de sondas espaciais em direcção a planetas distantes, é difícil imaginar o entusiasmo com que milhões de pessoas acompanharam a heróica travessia do Atlântico Sul, a forma como vibraram com todas as fases da aventura, o modo como a ansiedade as penetrou quanto tiveram conhecimento dos dois acidentes sofridos pelos dois aviadores.

As comunicações não eram tão aperfeiçoadas como hoje e as notícias da viagem chegaram a Lisboa com um certo atraso. No entanto, milhares de pessoas chegaram a aglomerar-se no Rossio, diante dos "placards" informativos, e no Terreiro do Paço, em frente da Central Telegráfica, para saber o que se passava, nomeadamente no que se referia à chegada do avião aos pontos considerados mais importantes do itinerário.

E foi enorme a consternação — seguida de alívio quando se soube que Gago Coutinho e Sacadura Cabral estavam ilhoses — depois de se saber que o *"Lusitania"* fora destruído ao amarrar junto ao penedo de S. Pedro, já em águas brasileiras. Aquele contratempo, no entanto, não fez arrefecer o animo dos dois aviadores, nem quebrou as esperanças de todos quantos, em espírito, os acompanhavam na sua tentativa. A

curiosidade, naturalmente, era grande. Como acontecera? O que se passara? Alguns dias depois, os jornais podiam relatar como o "Lusitania" se perdera no mar, mas houve uma "reportagem" que não foi publicada na altura e que Pinheiro Correa cita no seu belo livro sobre Sacadura Cabral. Trata-se de uma descrição do acidente feita por Gago Coutinho, que escrevia como se estivesse a bordo do "República" a observar a aproximação e amaragem do "Lusitania" (e compare-se com o relato que publicamos noutro local, incluído no relatório oficial):

"Havia já cerca de uma semana que, conduzindo os mecânicos, gasolina e sobresselentes essenciais para abastecimento e continuação da viagem aérea, que vinha fazendo por etapas o avião "Lusitania" — saído de Lisboa a 30 de Março de 1922 —, o cruzador "República" pairava à vista do penedo de S. Pedro, essa sentinela avançada da América do Sul, perdida, quase por esquecimento, um pouco a norte do Equador na latitude 0° 55, a cerca de 300 milhas de Fernando Noronha e a 500 milhas do cabo de S. Roque.

Era um "rendez-vous", no alto mar, entre um navio e um avião, a que o penedo servia de referência.

Os marujos, aborrecidos daquela semana de permanência à vista daquela meia duzia de rochedos escavados, de basalto, já lhe tinham posto uma alcunha — "O Sempre à Vista" (...) O serviço de bordo entrara, por si, em uma fase de rotina: toda a noite o navio, de holofotes acesos a alumiar as pedras, se deixava descair com a corrente de água imprevisivelmente encontrada ali, à noite; e, de manhã, tornava a demandá-las e pairava em torno delas.

A vaga larga de leste, ao encontrar aquele pico submarino, levantado do fundo do mar, tornava-se ali desencontrada, e raras vezes era possível desembarcar: uma barreira de alcatrão, que lá se pusera, fora prontamente levada pelo mar; de resto, não se davam licenças para ir a terra, pois não havia lá entretenimento algum, nem música, nem dança, nem cinema, nem sequer água para fazer café... e, afinal, nem mesmo cais, elevador ou iluminação de noite. Por isso não valia a pena correr o risco, ao desembarque, de perder algum escalor nas pedras, para ir apenas apanhar ovos de pássaro a saber a peixe ou pisar o guano que cobria aquelas pedras convulsionadas, últimos vestígios de uma cratera de vulcão, que o embate

das vagas, com o correr dos séculos, não conseguiu ainda acabar de demolir.

Além disso, a bordo já se passavam algumas privações: não havia frescos e até a água doce era pouca — que o "República" fora construído para pequenos cruzeiros em serviço do patrulha contra submarinos. E o avião não partia de Cabo Verde.

Tal aborrecimento de espera indefinida teve enfim um termo.

As primeiras horas da manhã de 18 de abril, recebeu-se a bordo do "República" o rádio de Fernando Noronha, onde, por intermédio do cabo submarino de S. Vicente para Pernambuco, se tivera conhecimento da largada do hidroavião "Lusitania" do Porto da Praia, donde levantou vôo naquela manhã, ao nascer do Sol. Era uma viagem que se esperava durasse entre onze a doze horas; isto é, contando com a diferença de meridianos, éramos esperados por volta das dezessete horas, uma hora antes de cair a noite.

Nessa expectativa, olhando o céu de bom tempo, coberto por vezes com as nuvens grossas das regiões equatoriais, se viveu durante todo aquele dia 18 de abril; e assim foram decorrendo as horas de impaciência, de aborrecimento e incerteza. Como o tempo passa lento, quando se espera!

Que ansiedade a de toda aquela gente a bordo do cruzador!...

O que se terá passado no avião? Continuariam ainda a caminho? Já teria havido "panne"? Seria um desastre talvez fatal, que naquele vasto deserto de água, entre Cabo Verde e o Equador, quem passaria a socorrê-los?

Aliviava-os a confiança em que era impossível eles perderem-se por erro de navegação: o Sol para as observações astronômicas, ao menos cá ao Sul, faltaria durante aquela tarde. E aquela população de náuticos que, por astronomia, foram demandar aquelas pedras de S. Pedro, confiava cegamente na bússula, no sextante, nos cronômetros... em que se firmara, e de que tão absolutamente dependia o projecto desta primeira viagem aérea por navegação astronômica.

Por vezes, ouve-se crepitar a isca na cabine do T.S.F.

Um rádio?! Será aviso de algum navio que tivesse avistado o avião? Que tivesse recolhido os

tripulantes? Não! Um cargueiro indiferente que passa (...) ou um paquete do Brasil a procurar informações para afixar no "placard" e publicar no jornal de bordo; talvez os bons amigos de Pernambuco, que estão impacientes e pedem notícias!

As quatro da tarde já estão na água os escolares que hão de receber os aviadores e dar reboque ao avião triunfante... Embalados uma ondulação larga, que se está cavando muito além do que é desejável para amaragem de avião... mas não se perde a esperança no sucesso, porque o vento é moderado, quase não há cachão e os escaleres não se afastam (...)

As pedras do Penedo de S. Pedro continuam no horizonte a leste, agora com os bicos encarniçados, avermelhados pelo sol já baixo.

Vai, provavelmente hoje, a sua colónia de pássaros do alto mar ouvir o roncar do primeiro avião — esse seu camarada pássaro artificial de tela, madeira e aço, tripulado por netos dos mesmos navegantes que há quatro séculos trouxeram aqui, a estes mares, a novidade das naus, esses outros pássaros, de enormes asas, a bater de encontro aos mastros com a calma, com as suas madeiras a ranger, fraco e pueril ruído, comparado com o das naus volantes de agora.

Aproximam-se as cinco da tarde. Terá o motor "Rolls" podido aguentar aquele meio dia de movimento continuo, aquele milhão de rotações, aquecido por seis vezes mais explosões, sufocado pelo calor tropical, a que não estavam habituados os seus radiadores?

E todos perscrutavam, avidamente, o horizonte, mortos por serem os primeiros a avistar o avião, a sossegar aquelas duas centenas de corações.

Talvez alguns, um ou outro, acobardados de pessimismo, estejam duvidosos da nossa chegada, sem se atreverem a dizê-lo, receosos do amargo da decepção.

Há rebates falsos. Todos julgam ver aviões, ao longe, no ar. Até que, de súbito, o tenente Quintanilha, com a sua vista já afeta ao mar, e a sua alma moça de guarda-marinha, avista, a nordeste, uma pequena mancha branca no céu que vai crescendo e avolumando, tão rapidamente que já não deixa dúvidas: é o avião!

— Lá vem ele! — é o grito de satisfação coletiva que às 17 horas e 17 minutos ecoa por todo o navio. E de todos aqueles homens se apossa então um imenso entusiasmo, uma delirante loucura, a que eu queria ter poder ter assistido. O avião "Lusitania" chegava a águas da América do Sul! Sensacional e excitante momento que nenhum deles, provavelmente, tornará a viver! Ouvem-se as mais exaltadas e patrióticas manifestações de comovida alegria; atiram-se bonés ao ar; há um momento de confusão e loucura, à qual se entregam, sem distinção, oficiais e marinheiros. Mas os minutos correm, o tempo voa também como aquele enorme pássaro branco de que já se distinguem nas asas as cruzes de Cristo, símbolo da Aviação Portuguesa que já decorou as velas das naus de outrora. Já se ouve o roncar musical do motor. Fazem-se fotografias.

Lá se distingue a figura do aviador da ré que acena com os dois braços; também ele estará doido de alegria e não atira com o boné ao ar porque vem em cabelo!

Lá cortaram o motor, cuja descarga deixou de se ouvir.

Vão pousar junto da popa do cruzador e esquece-se de que há ondulação cavada, como se todos viessem lá no avião a verem o mar de cima. Vêm-se descer à água na sua grande planada.

De súbito desfaz-se o sonho... A vaga da calema atinge, muito antes de pousar, o flutuador esquerdo, que, num ápice, desaparece em estilhas, deixando a flutuar o tanque de gasolina que lá vinha dentro, amarrado como se fosse de cartão.

E logo se vê o avião, amortecida a sua velocidade, pousar na água, e levantar-se da cauda, ao passo que a hélice mergulha... Está perdido!

Que imensa decepção!!

Ao entusiasmo sucede agora o susto: que terá acontecido aos dois tripulantes do Lusitania?

Estão feridos? Para os destroços do avião se dirigem a toda a velocidade os escaleres, em desespero, julgando os tripulantes em perigo.

Da abertura da ré da fuselagem surge logo uma figura em mangas de camisa. É o navegador. Traz numa mão o seu sextante, na outra os cronómetros. Com estes companheiros viveu todo aquele dia, e não os quer largar! Sai-

cadura, ainda meio entalado na cabina do governo, não tem pressa de se desembaraçar do avião: ele bem sabe que aquilo não vai para o fundo de repente!... Por fim, também lá se levantou...

Estão ambos vivos, é o suspiro de consolação que domina todos. Do mal o menos!

Enquanto Sacadura, por me ver, desembarca vão-se passando para o escaler os restantes instrumentos, os livros, as bagagens (embrulhadas em papel impermeável por causa da humidade), a caixa dos uniformes, o casaco de colro e, enfim, o correio aéreo recebido esta manhã de Cabo Verde, que vou passando, agora só preocupado em salvar a documentação, incluindo o "Diário de Bordo", que regista tanto a navegação de hoje como a anterior viagem, navegação que explicava como fora que, pondo em prática o plano imaginado em Lisboa, tivéramos confiança em ir de aeroplano, sem falhar, encontrar o exiguo ponto que é o penedo de S. Pedro.

O avião, esse, coitado, continuava a empinar-se e ameaçava capotar completamente. Mas o mais importante, de resto, está salvo. E resolveu-se abandonar aqueles destroços ainda agüentados ao de cima da água pelo flutuador de bombordo, pela madeira e pelo ar das asas.

E Sacadura domina-o ainda a impressão que mais o preocupou e incomodou durante as longas horas de viagem — mais de 11 horas — sempre assoberbado pelo receio de um mal que nos escapava, que não estava na nossa mão remediar: o consumo demasiado rápido da nossa gasolina.

E, como autómato, não cansado das 12 horas de governo seguido que já "gramou", dirigia ainda o leme do escaler a gasolina que rebocava os destroços para junto do costado do Republica, onde se vai tentar, com o pau de carga, salvar o resto, as relíquias e o objecto de mais valor, o nosso amigo o motor, o coração do Lusitania, que palpitou, sem desfalecer, de sol a sol, e que nos fazia crer que não pararia mais enquanto houvesse gasolina para carburar!

Da borda do escaler onde vou sendo levado para o cruzador, aprecio agora melhor o estudo do mar que lá de cima, da altura — que até me fazia apreciar as pedras como completamente achataadas, apesar de um dos seus bicos se levantar 18 metros sobre o mar —, vejo bem que pousar no alto mar será sempre para os frágeis e leves cascos dos aviões uma

questão de chance de aventura! Sai-me então mastigado da boca o comentário com que quase desculpo o mar por ter partido o avião:

— O mar é assim ... Foi o mar! ...

E atravessa-me o pensamento um sentimento triste, de pena, por aquela gente da minha terra... Tinham tanta confiança nisto!... Claro que somos recebidos a bordo com abraços do comandante Muzanty, do imediato Vilarinho e de todos os amigos, oficiais e marujos, que todos nos querem abraçar por estarmos levantando o nível da Marinha, e que terminam por nos carregar para a câmara como "fardos"!...

Bem nos podemos gabar de lhes ter dado uma semana de trabalho e cuidados, terminada por um fim teatral e impressionante de apoteose, alternativa de receio de nos não verem chegar, e o desastre por fim. E não era ainda aquele o último desgosto que lhes íamos causar...

Enquanto Sacadura vai para cima do castelo, ainda agarrado à ideia de salvar o Lusitania, enquanto os camaradas relêem as cartas frescas de Lisboa, acabadas de chegar pelo ar, Coutinho na câmara triste e desapontado, ajuda a "temperar" o rádio que há-de ser expedido para Lisboa e, depois de muito esperado, ser aclamado com entusiasmo popular... Tem os olhos marejados de lágrimas. Aquele não era o fim que ele esperava e para que lutara desde que saiu de Lisboa, em 30 de março, nem aquele em que viu Sacadura empregar uma inquebrantável energia, e desde que se começou a estudar e discutir a viagem ao Brasil!

A grande alegria de chegar ao penedo, que o fizera saltar e dançar lá no ar como uma criança, sucedeu o desapontamento de ver estilhaçar e destruir o avião do seu sonho, a sua casa de horas, com tanto carinho arrumada lá em Lisboa: aqui, a caixa para se sentar; ao canto da esquerda, a âncora flutuante; a estibordo, uma mesa de dobrar, com os fios de que pendiam livros e lápis; logo, por cima as lâmpadas eléctricas que haviam de iluminar os cálculos de noite; à ré, os cronómetros e a agulha padrão; pendurado, de um fio de cobre, o relógio; ao lado, pregadas na antepara, as tábuas de cálculo... Só faltavam fotografias de navios ou o retrato de alguma estrela de revista."

Gago Coutinho

É ele, Sr. Presidente, descrevendo a grande aventura, representando a mesma raça que nós representamos, nesta hora. Era ele ainda português, mas caminhando para o Brasil, porque não foi outra coisa no fim de sua vida senão um brasileiro, porque depois da sua aventura, do grande feito, quase que escolheu o Rio de Janeiro para sua residência.

Quantas vezes eu vi nas avenidas da antiga Capital aquela figura já cambaleante pela idade, mas sempre mantendo no seu porte o que ele representava de heroísmo e o que significava para as duas pátrias, a sua e a minha, porque são ambas uma só pátria.

Sr. Presidente, essa homenagem que presto, eu a faço com a maior emoção, porque foi o meu Estado, o Rio Grande do Norte, berço de Augusto Severo, que sonhou com o dirigível antes de qualquer outro na sua época. E o meu Estado, ainda, Sr. Presidente, teve na pessoa de um dos seus governadores o grande entusiasta da aviação civil, primeiramente promovendo e prestigiando em todo o País a fundação de aeroclubes; foi o primeiro homem público no Brasil, de responsabilidade governamental, que tomava um "teco-teco" para chegar ao interior do Estado e baixar sem um campo, apenas escolhendo lugares onde pudesse aterrisar. Era uma aventura.

E nesta homenagem, também quero que fique registrado que foi o então Governador Juvenal Lamartine de Farias que, como Governador do Estado, cometia, naquela época, a imprudência de voar num pequeno "teco-teco" e chegar ao interior do Estado — por sinal, a minha cidade, Caicó — e baixar num "limpo", que assim chamamos, porque não havia campo de aviação.

Sr. Presidente, esta homenagem é do Estado que teve a vocação para a aviação; é do Estado que tendo dado um Augusto Severo continuou na sua predestinação, através de um governador que realmente procurou incentivar o desenvolvimento da aviação civil e é também o reconhecimento do povo brasileiro que, nesta hora, lembrando este feito, lembra-se de Santos Dumont, a grande figura com que o Brasil deu a sua colaboração para o aperfeiçoamento do sistema de aviação no mundo.

Sr. Presidente, com estas palavras e com a transcrição desses tópicos sobre o feito, deixo aqui registrado nos Anais desta Casa o que representou, há 50 anos, o heroísmo desses dois portugueses que, na realidade, representavam a mentalidade do brasileiro.

O Brasil que teve o supremo privilégio de ser habitado por portugueses e, mais que o privilégio, ser povoado pelos portugueses, ainda tem a virtu-

de cívica de aqui procurar seguir, baseado na cultura daquela gente, o desenvolvimento do país moderno com o qual já estamos identificados entre as outras nações do mundo.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que queria dizer, prestando esta homenagem. Há poucos dias, não faz muito tempo, foi aqui prestada uma homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes, como um dos orientadores da organização do Correio Aéreo Nacional. Era a extensão do feito de há 50 anos passados pois que, na realidade, deve ter servido de inspiração àquele outro herói nosso, herói impar da História do Brasil, quando se aventurou a mandar os primeiros aviões para ter contato com parte do nosso País até então desconhecido para a maioria dos que então viviam. E quando chegaram os primeiros aviões, atravessando as matas amazônicas, para chegarem aos limites da nossa Pátria, parecia mais do que um sonho; era uma aventura, naquela época, supor-se que um avião de porte pequeno, como tínhamos, pudesse lá chegar e pudesse realizar o grande sonho do herói Eduardo Gomes. E deve ter sido inspirado na Travessia do Atlântico que o Brigadeiro Eduardo Gomes sonhou com o desenvolvimento da Aeronáutica através do Correio Aéreo Nacional.

O Correio Aéreo Nacional, Sr. Presidente, significará sempre, na História do nosso País, um marco para o seu desenvolvimento: Correio Aéreo que foi quem descobriu as fronteiras da nossa Pátria; Correio Aéreo que representará sempre, repito, o grande marco para o desenvolvimento do País!

Sr. Presidente, deixo aqui o registro do quanto significa isto para nós, brasileiros, irmanados pelos mesmos sentimentos, e hoje mais do que nunca, quando o nosso Chefe da Nação, o eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici, fez do Sesquicentenário uma data de duas Pátrias. Portanto, Sr. Presidente, aqui fica a homenagem que deixo registrada nas palavras que acabo de pronunciar. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Porto de Itajaí, em meu Estado de Santa Catarina, tem merecido dos governos da Revolução um apoio digno de registro.

Localizado pouco acima da foz do Rio Itajaí-Açu, na cidade do mesmo nome, teve sua construção iniciada na Primeira República, mereceu o apoio decidido de dois ilustres itajaíenses que exerceram naquele período a Pasta da Viação e Obras Públicas: Lauro Müller e Victor Konder.

Creio que estarei sendo rigorosamente exato ao afirmar que se não fossem aqueles dois eminentes catarinenses o Porto de Itajaí jamais se transformaria em realidade.

As obras, interrompidas em 1930, ganharam novo ritmo em 1935, quando se deu início ao projeto definitivo, que se constitui em obra de engenharia de grande envergadura, dadas as características locais no que toca à vazão do rio, calado da barra, correntes marinhas no mar próximo, que provocam assoreamento da foz do rio.

No Governo do Presidente Castello Branco, o porto foi organizado, através da criação de uma Junta Administrativa, da qual fazem parte um representante da Associação Comercial e Industrial da cidade e dois engenheiros do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Em 1967, concluídas as obras do cais acostável, armazéns e silos, foi inaugurado um moderno frigorífico.

Em fevereiro de 1971, o prefeito municipal de Itajaí pleiteou, por nosso intermédio, do Presidente da República a dragagem da barra, do canal de acesso e da bacia de evolução do porto de Itajaí.

Imediatamente o Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza, determinou que a draga "Rio de Janeiro" fosse realizar o serviço que vínhamos reclamando há muitos anos. As tarefas de dragagem se seguiram as de balizamento e sinalização, que foram realizadas pelo Ministério da Marinha, através da Delegacia da Capitania dos Portos de Santa Catarina, sediada em Itajaí.

Há poucos dias, para alegria do povo itajaíense, a draga "Rio de Janeiro" voltou ao nosso porto, para complementação do trabalho realizado há um ano. Ela lá está, num testemunho vivo do interesse do Governo pela melhoria das condições do porto de Itajaí.

Já agora, estamos, junto ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e a Superintendência Nacional da Marinha Mercante, promovendo as medidas necessárias para obtermos das Conferências Internacionais de Fretes, a que o Brasil aderiu, a supressão da sobretaxa que onera o frete da carga embarcada e desembarcada em Itajaí, em virtude das anteriores condições desse porto.

No corrente ano temos exportado madeira, fumo, pasta mecânica, fécula, celulose, e, importado derivados de petróleo, sal, produtos químicos, máquinas e motores, peças e acessórios, pelo porto de Itajaí.

A exportação de camarões atingiu 51 toneladas, e a de pescados, 101 toneladas. 155 navios de variados por-

tes e de diferentes nacionalidades escalaram no porto de Itajaí. A exportação geral alcançou 81 mil 429 toneladas, e a importação, 200 mil e 720 toneladas. Esse quadro favorável poderá consolidar-se, se logarmos, agora, o enquadramento de Itajaí como porto exportador de carne.

Há dois ou três meses, a imprensa do Rio Grande do Sul noticiou que os exportadores gaúchos de carnes, dado o congestionamento total do porto do Rio Grande e a falta de frigoríficos adequados, estavam realizando estocagem e exportação de carnes pelo porto de Montevidéu, na República Oriental do Uruguai.

Logo em seguida, também a imprensa noticiou que o porto de Montevidéu não tinha condições de atender às necessidades dos exportadores de carne do Rio Grande do Sul. As instalações frigoríficas desse porto do país vizinho estavam comprometidas com a exportação de carne do próprio país.

Nessa ocasião, Sr. Presidente, a Associação Comercial e Industrial e a Prefeitura Municipal de Itajaí entraram em entendimento com as classes interessadas e com as autoridades do Rio Grande do Sul, para examinar a possibilidade de a carne gaúcha ser exportada pelo porto de Itajaí, sem prejuízo do porto do Rio Grande.

Pleiteávamos, e pleiteamos, que o excesso da carne gaúcha que não pode ser exportada pelo porto do Rio Grande, em virtude do seu congestionamento e da limitação da sua capacidade frigorífica, fosse exportado pelo porto de Itajaí.

Nesse sentido, estiveram na minha terra representantes da Associação Rural da cidade de Livramento, que congrega 700 produtores de carne e que desejam exportar através do porto de Itajaí, e dois diretores do Instituto Rio-Grandense de Carnes. Esses dois diretores fizeram uma visita no porto de Itajaí e, em seguida, dirigiram ao Presidente da Associação Comercial, Sr. Nivaldo Detoie, o seguinte ofício, datado de 10 de maio do corrente ano:

Senhor Presidente:

Somos muito gratos a V. S.^a, ao Sr. Prefeito Municipal, à Administração do Porto e demais pessoas que tiveram a gentileza de receber e acompanhar os Diretores deste Instituto, Dr. Walter Hugo Biavaschi e Carlos Annes Gonçalves, em visita de observação nessa cidade, no dia 6 do corrente.

Os resultados de pesquisa que tínhamos em vista estão manifestados em relatório, do qual temos a satisfação de entregar-lhe um exemplar, bem como da carta

endereçada à Administração do Porto, em que são indicadas as regiões de nosso Estado possíveis tributárias do porto de Itajaí, uma vez apresente os requisitos técnicos necessários.

Com os protestos de grande apreço e distinta consideração.

Cordialmente

Alberto Severo, Diretor no exercício da Presidência.

Sr. Presidente, o relatório dos dois diretores do Instituto Rio-Grandense de Carnes está vazado nos seguintes termos:

RELATÓRIO DE VIAGEM

Sr. Presidente:

Dando cumprimento às determinações dessa Presidência, nos dirigimos a Itajaí, Estado de Santa Catarina, para verificar a existência e funcionalidade de câmaras frigoríficas com vistas à alternativa de embarque marítimo, em face do congestionamento do porto de Rio Grande.

1. — Partimos às 4 horas do dia 5 do corrente, tendo chegado em Itajaí às 10 horas do mesmo dia, no regresso chegamos em Porto Alegre à uma hora do dia 6.

2. — Fomos recebidos na Administração do Porto, com a presença do Sr. Prefeito, Dr. Júlio Cezar, do Presidente da Associação Comercial e da própria Administração do Porto.

3. — Dos entendimentos mantidos surgiram as seguintes possibilidades:

3.1. — Imediatamente pode ser utilizada a capacidade de duas câmaras, com temperatura de -20°C , capacidade de 130 toneladas.

3.2. — Dependendo de parecer da DIPOA local, poder-se-ia aproveitar mais duas câmaras, situadas em Frigoríficos de Indústrias do Pescado, ambas somando juntas a tonelage de 500 t., com temperatura de -20°C .

4. — Do funcionamento dos embarques, tivemos ótima impressão: a estiva funciona em regime de produção (salário por carga estivada e não por hora). Com esse sistema de remuneração, a produção de carga eleva-se a 25 t. por hora e por terno, para caixas de camarão congelados. Com essa produção, o custo do embarque em Itajaí é inferior a 50% do praticado anualmente em Rio Grande.

5. — Os responsáveis pelo desenvolvimento local mostraram-se entusiasmados com a possibilidade

de do aproveitamento do porto de Itajaí como alternativa de embarques marítimos para a produção de Rio Grande. Inclusive irão pleitear junto ao Ministério dos Transportes a elevação da capacidade estática de armazenamento frigorífico, para 2.500 t.

Pediram-nos, o que prometemos, o envio de uma carta do Instituto Sul-rio-grandense de Carnes, apoiando a idéia e declarando que as indústrias de Rio Grande utilizariam toda a capacidade de embarque do porto de Itajaí.

Sem mais e sempre ao inteiro dispor dessa Presidência, nos firmamos mui respeitosamente. — Carlos Annes Gonçalves, Diretor; Walter Hugo Biavaschi, Diretor.

Do exposto, Sr. Presidente, verifica-se que a utilização do Porto de Itajaí, como escoadouro de parte da produção rio-grandense de carnes, destinada à exportação, não prejudica o Porto do Rio Grande e vem atender a um grave problema que as classes produtoras daquele vizinho Estado estão enfrentando, com a negativa das autoridades uruguaias de permitir a utilização das instalações frigoríficas do Porto de Montevidéu.

Neste sentido, a Associação Comercial e Industrial de Itajaí pleiteia, em primeiro lugar, que o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura, forneça ao Porto de Itajaí o necessário certificado de porto exportador de carnes e a autorização para a utilização da câmara frigorífica do próprio porto e de duas câmaras de indústrias de pescado, que estão ociosas e poderão, com pequena adaptação, atender às necessidades de estocagem da carne congelada; em segundo lugar, pleiteia a Associação Comercial e Industrial de Itajaí, com apoio do Sr. Prefeito Municipal e de toda a comunidade itajaíense, que o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis proceda, imediatamente, às medidas para que o frigorífico do porto, que é administrado pela Junta Administrativa do Porto de Itajaí, seja ampliado, que a sua capacidade atual seja aumentada por poder atingir ao nível de 2.500 toneladas, de capacidade "estática e assim atender às necessidade da produção nacional.

O assunto, Sr. Presidente, é do mais alto interesse para Itajaí, para Santa Catarina e, diante do pronunciamento do Instituto Sul Rio-grandense de Carnes, não receio em afirmar que, também, do interesse do Estado do Rio Grande do Sul, da economia do grande Estado sulino. São os produtores gaúchos que, através da Associação Rural de Livramento e do Instituto Sul Rio-grandense de Carnes, atendem aos apelos da comunidade itajaíense e se solidarizam com as medidas que estamos pleiteando

para que nos possamos tornar porto exportador de carnes.

Estou certo, Sr. Presidente, de que há de pesar no juízo das autoridades competentes do Ministério da Agricultura e do Ministério dos Transportes a circunstância de que o custo de embarque pelo Porto de Itajaí é menos da metade do que aquele pago no Porto de Rio Grande.

Desse modo, as despesas com o transporte de carnes gaúchas, da região Nordeste do Rio Grande, principalmente da região de Vacaria, Lagoa Vermelha e Caxias — até o Porto de Itajaí, serão compensadas com o custo a menos das operações de carga que são efetuadas pelo Sindicato dos Arrumadores e dos Estivadores de Itajaí, pois que o sistema de remuneração dessas duas categorias no Porto de Itajaí faz com que o custo dessas operações seja menos 50% do custo da mesma operação no Porto de Rio Grande.

Quero, pois, Sr. Presidente, dirigir um apelo aos Srs. Ministros dos Transportes e da Agricultura. A este último, para que determine ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal conceder o necessário registro a Itajaí, como porto exportador de carnes, e ao primeiro, ao Ministério dos Transportes, para que determine ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis o estudo imediato da ampliação do frigorífico do Porto de Itajaí, de modo a poder atender às necessidades de exportação da carne brasileira oriunda do Rio Grande do Sul.

Estou seguro de que tanto o Sr. Ministro Cirne Lima, como o Sr. Ministro Mário Andreazza serão sensíveis a esse apelo das autoridades e do povo de minha terra natal, pois que o que visamos é cooperar com o desenvolvimento da economia nacional.

Há poucos dias, tive ocasião de ser recebido pelo Sr. Ministro dos Transportes e, tratando com S. Ex.^a dos problemas dos portos de Santa Catarina que, como sabe V. Ex.^a é rica em portos — temos nós 5 portos em nosso litoral — S. Ex.^a deu-me alvissareira notícia de que estavam em fase de conclusão os entendimentos e negociações para fazer do Porto de São Francisco do Sul um porto graneleiro, um porto capaz de exportar a granel cereais produzidos nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Disse-me, também, que cuidava o Governo do estabelecimento de uma grande indústria no porto de São Francisco do Sul, de modo a aproveitar toda sua capacidade ociosa, de modo a utilizá-lo plenamente. Suas condições naturais são excepcionalmente boas.

Agora, depois dessa notícia, ocupo a atenção do Senado da República para cuidar de problema que diz de perto ao interesse legítimo do Porto

de Itajaí. Assim como S. Ex.^a o Sr. Ministro dos Transportes foi sensível aos problemas e necessidades do Porto de São Francisco do Sul, estou seguro de que S. Ex.^a e o seu colega responsável pela Pasta da Agricultura serão, também, igualmente sensíveis ao apelo que faço em nome da Cidade de Itajaí, no sentido de adotar todas as medidas a fim de que o Porto de Itajaí, para o bem da economia do Sul e de todo o nosso País, seja um porto exportador de carnes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guilmard — José Esteves — Fausto Castello-Branco — Helvidio Nunes — Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Jessé Freire — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Leandro Maciel — Antônio Fernandes — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — José Augusto — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Matos Leão — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) Sobre a mesa expediente que vai ser lido.

É lido o seguinte

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Comissão Diretora do Grupo Brasileiro do Parlamento Latinoamericano, reunida no dia 13 do corrente mês, deliberou designar a Delegação Brasileira que comparecerá à I Conferência Continental de Reforma Agrária e Colonização da América Latina a realizar-se em Bogotá-Colômbia de 18 a 24 do corrente, cuja relação acha-se anexa ao presente.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração. — Senador Wilson Gonçalves, Presidente.

I CONFERÊNCIA CONTINENTAL, DE REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO

Delegação Brasileira:

Senador ADALBERTO SENNA

Senador JOÃO CLEOFAS

Senador WILSON GONÇALVES — Chefe de Delegação

Deputado CARDOSO DE ALMEIDA

Deputado SINVAL BOAVENTURA

Deputado VINICIUS CANSANÇÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, comunica-

ção que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, na forma do parágrafo único do art. 42 do Regimento Interno que, convidado, como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, estarei ausente às sessões de 26 e 27 do mês em curso, a fim de proferir conferência sobre "Educação e Desenvolvimento", no fórum de debates da Assembleia Legislativa de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Salas das Sessões, 21 de junho de 1972. — Senador João Calmon

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1.º

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1972 (n.º 646-B/72, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República), que dá nova redação ao artigo 6.º do Decreto-lei n.º 646, de 11 de fevereiro de 1969, que estabelece normas complementares à Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 165, de 1972, da Comissão — de Educação e Cultura.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 7, de 1972

(N.º 646-B/72, na Casa de origem) (De iniciativa do Sr. Presidente da República)

Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969, que estabelece normas complementares à Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 6.º do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º Na forma dos estatutos ou dos regimentos, será recusada nova matrícula, nas instituições oficiais de ensino superior, ao aluno que não concluir o curso completo de graduação, incluindo o 1.º ciclo, no prazo máximo fixado para integralização do respectivo currículo.

§ 1.º O prazo máximo a que se refere este artigo será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação quando for o caso de currículo mínimo, devendo constar dos estatutos ou regimentos na hipótese de 1.º ciclo e de cursos criados na forma do art. 18 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.

§ 2.º Não será computado no prazo de integralização de ciclo ou curso o período correspondente a trancamento de matrícula feita na forma regimental."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg).

Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de lei do Senado n.º 81, de 1971, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que revoga o art. 177, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de outubro de 1940, tendo

PARECERES, sob n.ºs 148, 149 e 150, de 1972, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos do Substitutivo que apresenta;

— de **Economia**, favorável ao Substitutivo—CCJ;

— de **Finanças**, favorável ao Substitutivo—CCJ.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão de 16 do corrente, tendo sua discussão adiada para esta, a Requecimento do Sr. Senador Ruy Santos.

Em discussão o projeto e o substitutivo, em primeiro turno.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o substitutivo. Fica prejudicado o projeto.

A matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO

Dá nova redação ao art. 177, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de outubro de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 177, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de outubro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177. Adotarão obrigatoriamente a forma nominativa as ações de sociedades anônimas:

I — que se dediquem a loteamento rural;

II — que explorem diretamente áreas rurais; e

III — que sejam proprietárias de imóveis rurais não vinculados a suas atividades estatutárias.

Parágrafo único. A norma deste artigo não se aplica às entidades mencionadas no art. 4.º do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 900, de 29 de setembro de 1967."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está finda a matéria da Ordem do Dia.

Há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, em 28 de maio de 1971 proferi desta alta tribuna um discurso sobre o relacionamento entre desenvolvimento e meio ambiente. Naquela ocasião enderecei apelo às nossas autoridades no sentido da formulação de uma política brasileira contra a poluição, a cada dia, crescendo de importância, à medida que avança o processo de industrialização. A minha intervenção objetivou o debate de assunto aqui no Senado. Mas foi na Câmara dos Deputados onde, de fato, o problema mereceu maior destaque.

Os numerosos pronunciamentos empolgaram os Deputados, conduzindo-os

a uma ação mais vigorosa. Ampliaram o debate através da convocação de outras instituições. Surgiu, em consequência, o I Simpósio sobre Poluição Ambiental cujas recomendações constituiram valioso subsídio à preparação das teses que o Governo brasileiro elaborou para apresentar na Conferência que a ONU acaba de promover em Estocolmo.

Há poucos dias os Senadores Saldanha Derzi, José Lindoso e José Sarney, enalteceram nesta casa pontos de vista que o Brasil vem defendendo, quando o problema da defesa do meio ambiente extrapola além fronteiras.

Veja-se, Senhores, como o Congresso Nacional vem de há muito oferecendo sua contribuição na tentativa de se encaminhar o correto equacionamento dessa relevante questão para o desenvolvimento nacional.

Em verdade, a ameaça ao equilíbrio ecológico tornou-se uma preocupação para todas as nações, e tanto cresceu de importância que a própria ONU assumiu a coordenação do seu exame. Em Estocolmo, durante 12 dias, representantes de 114 Nações debateram intensamente, às vezes com profundas divergências, a conceituação do problema e os princípios que devem nortear a cooperação internacional.

Os 25 pontos que constituiram a Declaração de Estocolmo devem, pois, constar dos Anais do Senado Federal, para que sirvam de referência aos estudos que agora, ou no futuro, se farão sobre tão relevante matéria.

Em cada um desses princípios há uma definição a respeito de atualizadas questões que o mundo moderno tem de enfrentar, e oferecer resposta a todas elas. Cito algumas, por demais oportunas. Como por exemplo, a de n.º 11, em que se afirma:

"Deve-se confiar as instituições nacionais competentes a tarefa de planificar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados com o intuito de melhorar a qualidade do meio."

Foi o que pedi em maio de 1971. E agora renovo o apelo, indagando, como pode o Brasil realizar qualquer política séria nesse campo se não dispomos de nenhuma instituição específica

As recomendações de n.ºs 20, 23, 24 e 25, estabelecem mútua cooperação pela realização de acordos bilaterais ou multilaterais, o que pressupõe que os países se organizem para receber e prestar colaboração com a desejada eficiência.

Ouvi, certa vez, o comentário de que "poluição é problema de país rico

Tolice provocar a discussão, no Brasil, de tal assunto." Puro equívoco, ou incompreensão daqueles que assim pensam. Muitos males existentes em países hoje desenvolvidos industrialmente, são em consequência de não terem, no passado, posto em prática adequadas medidas preventivas.

Por isso, endosso integralmente a recomendação n.º 13:

"A fim de conseguir uma ordenação mais racional dos recursos e melhorar, assim, as condições ambientais, os Estados devem adotar um enfoque integrado e coordenado da planificação de seu desenvolvimento de modo a assegurar a compatibilidade do desenvolvimento com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício da população."

Outro ponto interessante que mereceu especial destaque no recente encontro foi a tentativa de transferência para o âmbito das Nações Unidas das divergências sobre obras que afetam os rios internacionais, onde "a consulta prévia" era uma condição que se desejava impor.

Os nossos bons vizinhos argentinos terão de se conformar com a realidade de que a natureza criou neste continente, definidas e aceitas pela vontade dos homens que o colonizaram, ao transformarem os acidentes físico-geográficos em marcos permanentes, que caracterizaram os países que o integram.

O Brasil jamais abrirá mão de sua soberania sobre os recursos naturais dentro das suas fronteiras e até 200 milhas de nossas costas, que possam interessar ao seu desenvolvimento. Como também não deixará de considerar as justas reivindicações dos povos amigos que dividem conosco seus limites territoriais, nunca como obrigação imposta ou ditada por terceiros, mas na forma de cooperação e solidariedade que sempre caracterizou a política brasileira em relação aos países latino-americanos.

O desequilíbrio ecológico do mundo é problema de todas as nações — devo repetir — sejam elas ricas ou pobres, e não poderá ser analisado sem consultar equitativamente os interesses de todos, sejam quais forem suas condições. As nações mais industrializadas por terem maior responsabilidade no processo de poluição, caberão o maior ônus pelas medidas de defesa do meio ambiente, inclusive oferecendo às nações em desenvolvimento suas

experiências e conquistas tecnológicas relativas e mesma proteção.

Os países em industrialização, como é a posição do Brasil, terão de se preparar para aproveitar esses ensinamentos. Por isso apelamos desta Tribuna, ao nosso Ministério do Interior que estude e proponha ao Presidente Médici sugestões práticas para a criação de um organismo específico, de forma departamental, que se encarregue de coordenar uma política brasileira de defesa do meio ambiente, com a indispensável e estreita cooperação dos Estados e Municípios.

Desejo, ainda, apresentar voto de louvor a delegação brasileira que se houve com brilho e eficiência comandada pelo Ministro Costa Cavalcante. Igualmente, as mesmas congratulações ao Ministro Gibson Barbosa pelo cuidadoso preparo das teses brasileiras que há 2 anos vinham sendo estudadas no Itamarati.

De modo geral, a participação brasileira obteve excelente resultado, incluindo na Declaração editada em Estocolmo, os princípios básicos que o Brasil defendeu.

Importante é que não fiquemos apenas nos registros das recomendações. Não peço um Ministério, como a França o institui, mas, insisto, por um organismo governamental apropriado à missão de cuidar do assunto que se impõe cada vez mais importante, na proporção em que acelera o processo do nosso desenvolvimento.

Ao concluir este breve pronunciamento permitam-me encarecer apoio ao requerimento que irei em seguida submeter à Mesa no sentido de que seja transcrito dos Anais do Senado Federal a Declaração aprovada na Conferência de Estocolmo, convocada pelas Nações Unidas, sobre poluição e Meio ambiente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O Sr. Senador Milton Cabral acaba de enviar à Presidência requerimento cuja apresentação, na ofurma do disposto no art. 260, III, a, 4, do Regimento Interno, devia ser feita na Hora do Expediente.

Ficará sobre a Mesa a fim de ser anunciado na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Na presente sessão, terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução n.º 21, de 1972, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura às en-

tidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

De acordo com o disposto no § 2.º do artigo 445 do Regimento Interno, a matéria será despachada às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Lembro aos Senhores Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, quarta-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Nada mais havendo a tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno unico, do Requerimento n.º 38, de 1972, de autoria do Sr. Senador João Calmon, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal dos discursos proferidos pelo Presidente do Banco do Brasil, Dr. Nestor Jost, ao ensejo do encerramento das solenidades de inauguração das Agências desse Estabelecimento, respectivamente em Lisboa e Paris, tendo

PARECER, sob n.º 171, de 1972, da Comissão

— Diretora, favorável.

2

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 297 do Regimento Interno) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, (n.º 29-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968, tendo

PARECER, sob n.º 56, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 55 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 38, de 1972-(CN) "Que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.223, de 6 de junho de 1972, que dá nova redação ao art. 71 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

ATA DA 1.ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO,

REALIZADA EM 19 DE 1972

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, Magalhães Pinto, Clodomir Millet, Fausto Castello-Branco, Flávio Brito e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Arthur Santos, Eurico Ribeiro, Heitor Cavalcante, Ivo Braga, Norberto Schmidt, Ricardo Fluzza e Dirceu Cardoso, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 38, de 1972-(CN).

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Virgílio Távora, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Eurico Ribeiro.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

PARA PRESIDENTE:

Senador Arnon de Mello	12 votos
Senador Ruy Carneiro	1 voto

PARA VICE-PRESIDENTE:

Deputado Dirceu Cardoso	12 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senador Arnon de Mello e Deputado Dirceu Cardoso.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Dirceu Cardoso, Vice-Presidente no exercício da Presidência, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado Norberto Schmidt.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Lêda Ferreira da Rocha, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais presentes. — Senador Virgílio Távora — Senador Magalhães Pinto — Senador Clodomir Millet — Senador Fausto Castello-Branco — Senador Flávio Brito — Senador Ruy Carneiro — Deputado Arthur Santos — Deputado Eurico Ribeiro — Deputado Heitor Cavalcante — Deputado Ivo Braga — Deputado Norberto Schmidt — Deputado Ricardo Fluzza — Deputado Dirceu Cardoso.

COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE: Senador Arnon de Mello.

VICE-PRESIDENTE: Deputado Dirceu Cardoso.

RELATOR: Deputado Norberto Schmidt.

ARENA

Senadores	Deputados
1. Saldanha Derzi	1. Arthur Santos
2. João Cleofas	2. Eurico Ribeiro
3. Virgílio Távora	3. Heitor Cavalcante
4. Magalhães Pinto	4. Ivo Braga
5. Clodomir Millet	5. Norberto Schmidt
6. Jessé Freire	6. Wilmar Guimarães
7. Fausto Castello-Branco	7. Sebastião Andrade
8. Flávio Brito	8. Ricardo Fluzza.
9. Arnon de Mello	
10. Vasconcelos Torres.	

MDB

1. Ruy Carneiro	1. Athié Coury
	2. Dirceu Cardoso
	3. Rubem Medina

CALENDÁRIO

Dia 15-06 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta,

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

Prazo: Até dia 5-8-72 — Na Comissão Mista; até dia 6-9-72 — No Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Telefone: 24-81-05 — Ramais 314 e 303.

M E S A

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1.º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

2.º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)

1.º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)

2.º-Secretário:
Clodomir Milet (ARENA — MA)

3.º-Secretário:
Guido Mondin (ARENA — RS)

4.º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA — RN)

1.º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)

2.º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB — GB)

3.º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)

4.º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

**LIDERANÇA DO PARTIDO
E DA MAIORIA**

Líder:
Filinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:
Ruy Santos (ARENA — BA)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
José Lindoso (ARENA — AM)
Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Osires Teixeira (ARENA — GO)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:
Danton Jobim (MDB — GB)
Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

SUPLENTES**ARENA**

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAIR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTES**ARENA**

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
Accioly Filho
José Augusto
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias

SUPLENTES**ARENA**

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Osires Teixeira

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Caiado

SUPLENTES**ARENA**

Paulo Tôres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Magalhães Pinto
SUPLENTE

TITULARES

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Cleofas	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcante

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guilomard

Milton Trindade

Domício Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**Antônio Carlos
José LindosoCattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

Filinto Müller

José Augusto

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Auditório

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
José Sarney
Lourival Baptista
João CalmonMilton Cabral
Fausto Castello-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora**MDB**Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**Fernando Corrêa
Fausto Castello-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Ruy Santos
Waldemar AlcântaraSaldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos**MDB**

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Brito

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres

Alexandre Costa

José Lindoso

Orlando Zancaner

Virgílio Távora

Milton Trindade

José Guimard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**TITULARES****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

SUPLENTES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Fereira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

	Cr\$
— março, n.º 1 (1964)	5,00
— junho, n.º 2 (1964)	5,00
— setembro, n.º 3 (1964)	esgotada
— dezembro, n.º 4 (1964)	5,00
— março, n.º 5 (1965)	5,00
— junho, n.º 6 (1965)	5,00
— setembro, n.º 7 (1965)	5,00
— dezembro, n.º 8 (1965)	esgotada
— março, n.º 9 (1966)	"
— junho, n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

	Cr\$
— setembro, n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro, n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho, nos 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro, nos 15 e 16 (1967)	5,00
— janeiro a março, n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho, n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro, n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro, n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar)

ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Financeiro na Constituição de 1967
Ministro Aliomar Baleeiro

O Direito Penal na Constituição de 1967
Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito
Professor Roberto Rosas

O Tribunal de Contas e as Deliberações sobre Julgamento da Legalidade das Concessões
Doutor Sebastião B. Affonso

Controle Financeiro das Autarquias e Empresas Públicas
Doutor Heitor Luz Filho

DOCUMENTAÇÃO

Suplência
Norma Izabel Ribeiro Martins

PESQUISA

O Parlamentarismo na República
Sara Ramos de Figueiredo

ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Processual na Constituição de 1967
Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

Tratamento Jurídico das Revoluções
Doutor Clóvis Ramalheira

O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Dos Recursos em Ação Acidentárias
Doutor Paulo Guimarães de Almeida

PROCESSO LEGISLATIVO

Vetos — Legislação do Distrito Federal

Jesse de Azevedo Barquero e Santyno Mendes dos Santos

DOCUMENTAÇÃO

Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração e Economista

PESQUISA

Capitais Estrangeiros no Brasil

Ilvo Sequeira Batista

ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

DA Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais

Deputado Rubem Nogueira

Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos do Controle da Constitucionalidade das Leis

Professor Roberto Rosas

Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada

Professor Roberto Atila Amaral Vieira

DOCUMENTAÇÃO

A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades

Sara Ramos de Figueiredo

A Profissão de Jornalista

Fernando Giuberti Nogueira

ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO
DE 1969 — Cr\$ 10,00

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade de Decretos-leis sobre Inelegibilidades

Senador Josaphat Marinho

Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro

Professor Paulino Jacques

"Mandatum in Rem Suam"

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos dos Tribunais de Contas

Professor Roberto Rosas

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1.ª parte:

I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)

III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969)

CÓDIGO PENAL

2.ª parte: Quadro Comparativo

Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40, com legislação correlata

Leyla Castello Branco Rangel

**ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

HOMENAGEM

Senador Aloysio de Carvalho Filho

COLABORAÇÃO

Evolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado
Professor Wilson Accioli de Vasconcellos

A Suprema Corte dos Estados Unidos da América
Professor Geraldo Ataliba

A Eterna Presença de Rui na Vida Jurídica Brasileira
Professor Otto Gil

X Congresso Internacional de Direito Penal
Professora Armida Bergamini Miotto

A Sentença Normativa e sua Classificação
Professor Paulo Emilio Ribeiro Vilhena

PROCESSO LEGISLATIVO

DECRETOS-LEIS

Jesse de Azevedo Barquero

DOCUMENTAÇÃO

Advocacia — Excertos Legislativos
Adolfo Eric de Toledo

CÓDIGOS

Código de Direito do Autor
Rogério Costa Rodrigues

ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — Cr\$ 10,00

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia
Senador Josaphat Marinho

Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas
Professor Pinto Ferreira

Poder de Iniciativa das Leis
Professor Roberto Rosas

O Sistema Representativo
Professor Paulo Bonavides

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL MILITAR

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar
Autor: Ivo d'Aquino

II — Exposição de Motivos
Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69; Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44
Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO

**ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

APRESENTAÇÃO

Simpósio de Conferências e Debates sobre o Novo Código Penal e o Novo Código Penal Militar
Punição da Pirataria Marítima e Aérea
Professor Haroldo Valladão

Visão Panorâmica do Novo Código Penal

Professor Benjamin de Moraes

A Menoridade e o Novo Código Penal

Professor Allyrio Cavallieri

Inovações da Parte Geral do Novo Código Penal

Professor Rafael Cirigliano Filho

Desporto e Direito Penal

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

Dependência (Toxicomania) e o Novo Código Penal

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

O Novo Código Penal Militar

Professor Ivo d'Aquino

Aspectos Criminológicos do Novo Código Penal

Professor Virgílio Luiz Donnici

A Medicina Legal e o Novo Código Penal

Professor Olímpio Pereira da Silva

Direito Penal do Trabalho

Professor Evaristo de Moraes Filho

O Novo Código Penal e a Execução da Pena

Doutor Nerval Cardoso

Direito Penal Financeiro

Professor Sérgio do Rego Macedo

Os Crimes contra a Propriedade Industrial no Novo Código Penal

Professor Carlos Henrique de Carvalho Froes

A Civilização Ocidental e o Novo Código Penal Brasileiro

Jurista Alcino Pinto Falcão

**ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

ÍNDICE

COLABORAÇÃO

A Administração Indireta no Estado Brasileiro
Professor Paulino Jacques

O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Nacional
Professor José Luiz Anhaia Mello

O Imposto Único sobre Minerais e a Reforma Constitucional de 1969
Doutor Amâncio José de Souza Netto

Problemas Jurídicos da Poluição do Som
Desembargador Gervásio Leite

O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu Estudo
Professora Armida Bergamini Miotto

Regime Jurídico dos Militares do Distrito Federal
Doutor José Guilherme Villela

O Direito não É; Está Sendo
Doutor R. A. Amaral Vieira

PROCESSO LEGISLATIVO

Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69
Diretoria de Informação Legislativa

PESQUISA

Júri — A Soberania dos Veredictos
Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

ARQUIVO HISTÓRICO

Documentos sobre o Índio Brasileiro (1500-1822) — 1.ª parte
Leda Maria Cardoso Naud
Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia do Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende também pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: No Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20